

## **Igreja Católica e sentimento religioso na Inglaterra do século XIV**

### **Catholic Church and Religiousness in Fourteenth Century England**

**Monica Selvatici**

UFPel

Correio eletrônico: [m Selvatici@uol.com.br](mailto:m Selvatici@uol.com.br)

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo apresentar os resultados de um estudo de caso da instituição da Igreja Católica e do sentimento religioso no contexto da Inglaterra do século XIV. As especificidades do contexto histórico analisado, aliadas a eventos no interior da própria instituição eclesiástica, incidem de forma extremamente negativa sobre a imagem da Igreja junto a seus fiéis ingleses.

**Palavras-chave:** Igreja Católica – religiosidade – Inglaterra – século XIV – anticlericalismo.

**Abstract:** The purpose of this paper is to present the results of a case study of religiousness and the Catholic Church in fourteenth century England. The particularities of the focused historical context and facts related the history of the Church itself create an environment of great questioning of the purpose of the Church among its English believers.

**Key-words:** Catholic Church – religiousness – England – fourteenth century – anticlericalism.

## Introdução

O século XIV europeu recebe a alcunha ‘Era das Calamidades’ não por acaso. A fenda que se produziu no tecido social da Cristandade neste período é a prova mais contundente dos resultados nefastos, principalmente em termos humanos, de tais calamidades. Nesta época, “*como implica [o poeta] Langland em seu poema The Vision of Piers the Plowman [A visão de Piers, o lavrador], sentia-se próximo o fim do mundo*” (Briggs, 1994: 122). O sentimento de desproteção é geral e leva os homens a questionarem a ordem vigente.

De uma forma mais específica, ao nos centrarmos na Baixa Idade Média inglesa (e, neste caso, podemos compará-la à francesa) observamos ter ela abrigado, praticamente ao mesmo tempo, os desastres provocados por uma grande fome, por uma grande peste e por uma infundável seqüência de guerras, mais tarde agrupadas no que hoje denominamos a Guerra dos Cem Anos (1337-1453).

Já no início do século, através de uma conjunção de fatores climáticos, como uma queda anormal de temperatura na Europa e grandes inundações ocorridas entre os anos de 1315 a 1317, as colheitas são perdidas. Com isso, ocorre na Cristandade o fenômeno conhecido como a ‘grande fome’. Nas Ilhas Britânicas, as conseqüências também são desastrosas e, por isso, alguns historiadores consideram-na a maior crise da agricultura inglesa desde a invasão normanda. O cronista dos Anais de Bermondsey “*conta que os pobres comiam cachorros e gatos, o excremento das pombas e inclusive seus próprios filhos*” (apud Briggs, 1994: 122-23).

Na Inglaterra, a grande fome recai sobre o reinado de Eduardo II (1307-1327)<sup>1</sup>. Ela vem agravar severamente a inflação dos preços do gado e dos cereais, já duplicados entre 1305 e 1310, em razão, dentre outros fatores, da crescente demanda de impostos que o escasso êxito das campanhas bélicas

---

<sup>1</sup> As datas entre parênteses relativas aos reis referem-se ao tempo de seus reinados.

contra a Escócia impusera à Coroa inglesa. Esta carestia viria a se manter até 1338, quando finalmente se inicia uma baixa dos preços.

O reinado de Eduardo II foi caracterizado por uma política tão desastrosa quanto a economia. Enquanto os barões o forçavam a reformar a administração de leis e finanças, os escoceses – que já haviam formado aliança com a França de modo a derrotar os ingleses, durante o reinado de seu pai, Eduardo I –, finalmente sob a liderança de Robert Bruce, venceriam o exército inglês na batalha de Bannockburn (1314). “*Após outras frustradas tentativas a Inglaterra desistiu de sua pretensão de dominar a Escócia em 1328*” (McDowall, 1997: 43).

Por último, Eduardo II seria capturado por um exército de senhores insatisfeitos e, com isso, também por influência da rainha Isabel e o amante dela, Mortimer, seria deposto pelo Parlamento – que, por meio deste ato, recebia o direito de renunciar à fidelidade a um rei indigno. Três anos após sua deposição, Eduardo II é cruelmente assassinado.

A Eduardo II sucedeu seu filho Eduardo III (1327-1377), então com apenas onze anos. Durante os três primeiros anos de seu reinado, a administração do reino coube a uma regência. Entretanto, de forma a assumir rapidamente a coroa, o jovem rei derrubou sua mãe e Mortimer. Por fim, ordenou que executassem-no de maneira a evitar qualquer tipo de revanche.

O reinado de Eduardo III também foi caracterizado por uma série de problemas, desde o início de uma infundável guerra contra a França até as sucessivas epidemias subseqüentes ao primeiro e pior ataque da Peste Negra. Ainda assim, as atitudes do rei durante seu governo não pareciam condizer com o estado de coisas instaurado pela presença da guerra, da peste e da destruição causada por ambas.

Eduardo III precipitou a guerra contra a França ao manifestar suas pretensões ao trono francês em 1337, após negar sua homenagem e obediência ao rei francês, na condição de Duque de Aquitânia em razão de suas terras no sudoeste francês. Tal possessão inglesa de terras em território

francês advinha ainda do período da invasão normanda no século XI. Essa possessão foi bastante ampliada no século XII com a ascensão ao trono inglês de Henrique Plantageneta, conde de Anjou, e a formação daquilo que na historiografia se convencionou denominar 'Império Angevino' (que abrangia, além da ilha, aproximadamente três quartos do reino francês). No entanto, os sucessores de Henrique não foram hábeis o bastante a ponto de assegurar suas possessões francesas: no início do século XIII boa parte dos feudos angevinos foi tomada pelo monarca francês Filipe Augusto, permanecendo sob domínio inglês apenas a já mencionada região de Aquitânia (ver Mello, 1997: 19-20).

Eduardo III se baseava em sua descendência direta (era neto por linhagem feminina) do falecido rei da França, Felipe IV, o Belo, que morrera sem herdeiros homens (Holmes, 1984: 23). A nobreza francesa, entretanto, havia escolhido um sucessor, colocando no trono Felipe de Valois, sobrinho de Felipe, o Belo. Deste modo, Eduardo III desafiou "*Felipe de Valois, que se diz rei da França, (...) [acabando por provocar] uma sucessão de guerras [em] que [a Inglaterra] começou vitoriosamente para terminar com uma série de várias adversidades (...) largamente lamentadas*" (Briggs, 1994: 125).

As aspirações de Eduardo III ao trono francês, no entanto, não se calcavam em sua descendência direta de Felipe, o Belo. Esta era, na realidade, mais uma justificativa do que propriamente um motivo. Havia razões econômicas envolvidas nesta questão. A Inglaterra, por essa época, mantinha um lucrativo comércio com a Gasconha (uma região dentro de sua possessão na França, a Aquitânia). Vendia lã e milho em troca do famoso vinho ali produzido. Entretanto, este comércio vinha sofrendo interferências do rei francês, que desejava, assim, fortalecer sua posição perante os nobres que lhe deviam obediência enquanto seus vassallos, mas que não reconheciam sua autoridade. Entre estes, encontravam-se o soberano inglês como Duque de Aquitânia, e o Duque da Borgonha. A Borgonha detinha também enorme

importância dentro do mapa das rotas de comércio da lã inglesa, principalmente através da sua província de Flandres.

Ainda no reinado de Eduardo II, em 1324, o rei francês apoderou-se de parte da Gasconha de modo a desestabilizar o comércio inglês. Mais tarde, tentou fazer com que o Duque da Borgonha aceitasse sua autoridade. A saída encontrada pela Inglaterra para que isso não acontecesse foi a ameaça de levar a Borgonha ao colapso econômico, paralisando suas exportações de lã para a província de Flandres. Esta ameaça rapidamente levou o Duque burgúndio a estabelecer aliança com Eduardo III contra os franceses.

Na realidade, o comércio da lã (em forma natural ou transformada em tecido) era a principal fonte de riquezas da Coroa britânica. Uma prova desta próspera produção e comércio é o fato de que as primeiras guildas de ofício<sup>2</sup> estabelecidas na Inglaterra foram as dos tecelões em Londres e Oxford no século XIV. Pode-se perceber, assim, não ter sido difícil para Eduardo III persuadir os grandes comerciantes a arcarem com os gastos de uma guerra contra a França. Afinal, estes não poderiam suportar a perda dos negócios com a província de Flandres, tendo já sido cortadas as lucrativas trocas com a Gasconha. Já aos senhores de terras e cavaleiros, a guerra seria lucrativa, “*não só como via de evasão das terríveis circunstâncias econômicas e sociais em que se vivem*” (Briggs, 1994: 125), mas também através da possibilidade da apreensão de terras e riquezas, principalmente por meio da pilhagem. E este confronto, obviamente, seria ainda mais frutífero do que as guerras, anteriormente empreendidas, contra Gales (em fins do século XIII) e a Escócia, uma vez que se tratavam, agora, de saques em território francês.

Além de todo o cerco francês ao comércio britânico, importante se faz lembrar a aliança francesa com a Escócia, ainda no período em que esta lutava por sua independência em relação ao domínio inglês. Em suma, pode-se concluir, por meio da seqüência de episódios entre ambos reinos, que uma

---

<sup>2</sup> As guildas eram irmandades de artesãos especializados num ofício particular que administravam todas as operações relacionadas a ele, fixando preços e salários. Elas controlavam também as oficinas nas quais os jovens artesãos aprendiam sua arte.

guerra em grandes proporções se tornara iminente. Neste sentido, em 1337, Eduardo III declara guerra à França.

A participação nas guerras contra Gales e a Escócia rendeu ao exército inglês, a princípio, um melhor preparo do que ao francês. A consequência desta experiência adquirida em guerras anteriores foi a seqüência de êxitos bélicos da Inglaterra até 1360. Na batalha de Poitiers em 1356, o próprio rei Felipe de Valois é feito prisioneiro, e mais tarde libertado em troca da quantia de 500.000 libras, um valor altíssimo para a época.

As vitórias e as riquezas apreendidas estimulavam o sentimento nacionalista na Inglaterra, e Eduardo III soube aproveitar e fomentar este sentimento da melhor maneira possível. O sentido de lealdade, de honra e de valor ganhava nova força na Inglaterra do século XIV devido ao estado de guerra, mas principalmente em razão da política de valorização do protocolo e da hierarquia de títulos, empreendida pelo rei. Assim, após a invasão da França, ele confere título a seis novos condes. E, em 1348, no mesmo ano em que a peste atacava, *“Eduardo III decidiu criar uma nova ordem de cavalaria, a dos cavaleiros da Jarreteira, entre os quais estava o próprio soberano”* (Briggs, 1994: 125). Desta forma, o rei reunia em torno de si os ricos homens dos quais dependia para dar continuidade à guerra.

Notável se mostra o fato de que a nobreza de títulos passa a deter (na terminologia do sociólogo Pierre Bourdieu) maior ‘capital simbólico’ no reinado de Eduardo III, e que a aspiração a esta nobreza irá nortear todo um certo conjunto de práticas dentro da sociedade inglesa do século XIV. *“A sociedade se fazia paulatinamente mais hierárquica e se divulgava a fascinação pela linhagem”* afirma Asa Briggs (1994: 125).

Em 1348, chega a Pesta Negra à Europa, abatendo-se sobre populações já sofridas pela fome. Ela vem da Ásia, trazida pelos navios italianos que a permitem se alastrar pela Europa a partir do Mediterrâneo. Estende-se por todo o continente, atacando a Itália e a Península Ibérica primeiramente, sobe até as diversas regiões da França, e em julho do mesmo ano, chega à Inglaterra, a

qual devasta no ano seguinte. Neste mesmo período, ataca a Picardia, a Flandres Galicana, a Alemanha e a Áustria. Por fim, em 1350, a peste atinge a Escócia e a Escandinávia.

Diz-se da peste que ela devastou entre um quarto e um terço da população europeia, sendo que na Inglaterra os números se mostraram ainda mais alarmantes, estimando-se que a população possa ter sido reduzida em até 40%, um índice maior que aquele do continente.

As cidades foram particularmente afetadas em razão da promiscuidade e da falta de higiene, enfim, devido à maior aglomeração de pessoas. Configurou-se uma nova situação, através das perdas demográficas, que viria a afetar toda a sociedade. A diminuição da mão-de-obra campesina permitia agora uma barganha maior por parte dos trabalhadores rurais (servos ou homens livres) em relação aos senhores. Através da menor oferta de mão-de-obra, os trabalhadores podiam exigir melhores pagamentos por sua jornada de trabalho diária. Tais pagamentos se faziam na forma de provisões de comida ou vestimentas, salário ou recompensas de outra ordem.

Essa mudança de forças no pêndulo social leva o rei a tentar controlar a situação. Eduardo III lança, então, o Decreto dos Trabalhadores (Ordinance of Labourers), em 1349, de modo a impedir o aumento do valor das jornas pagas pelos senhores, e a resguardá-los, enfim. Entretanto, os esforços do rei não têm o resultado esperado, na medida em que outro estatuto é lançado (Statute of Labourers, 1351) concernindo à mesma questão, ou seja, a tentativa de congelamento das jornas dos trabalhadores rurais e a manutenção destas em seu valor anterior ao ano da Peste. Eduardo III, nos dois documentos, decreta que os pagamentos devem ser os mesmos daqueles efetuados em 1347, ou cinco ou seis anos anteriores a esta data.

Segundo Asa Briggs, a posição econômica relativa dos segmentos inferiores melhorou após a Peste, tendo podido alguns vilões e homens livres prosperar através da compra e venda de terras, em pequenas parcelas. Tais pedaços de terra eram adquiridos de seus senhores ou de seus iguais. Este

processo acabou por produzir diferenças notáveis de riqueza entre os trabalhadores do campo, diferentemente de como havia ocorrido no período em que reinava uma organização basicamente feudal.

A situação de um maior poder de barganha também chegou àqueles que exerciam ofícios especializados como tecelões, sapateiros, seladores, ferreiros, etc. E os donos de seus próprios estabelecimentos, como açougueiros, padeiros e taverneiros também prosperaram na medida em que podiam cobrar mais por seus produtos e serviços. Em sentido contrário, os senhores de terras (leigos e eclesiásticos) perderam muitos de seus benefícios, vendo-se obrigados a aceitar as cobranças por melhores pagamentos e condições de trabalho, como a inclusão de refeição ou bebida ou outros tipos de cortesia, feitas pelos vilões e trabalhadores rurais livres.

A peste deixou efeitos demográficos que não foram reparados devido às novas ondas de epidemias menores que incorreram sobre a Cristandade nos anos subseqüentes à primeira, em intervalos de dez a quinze anos, aproximadamente.

Michel Le Mené tem outra visão a respeito das condições sociais, no quadro geral da Europa, no período posterior à peste até o século XV. Segundo ele (1979: 38), convém não exagerar a idéia de uma melhoria generalizada das condições de vida (para o autor, apenas umas poucas famílias, a longo prazo, se beneficiaram com esta situação), porque apesar da diminuição da população, a pobreza aumentou e a diferença social também, tendo a concentração trabalhado sobretudo em favor dos ricos.

Entretanto, na Inglaterra, nos anos que se seguem à Peste, percebe-se o aparecimento de novos grupos sociais no sentido de uma maior estratificação da hierarquia social provocada pela maior distribuição da riqueza entre os diversos segmentos. A quebra na 'sociedade trifuncional' (imagem desenvolvida pela Igreja no período feudal para explicar a realidade social dos clérigos, senhores/cavaleiros e camponeses), provocada pelo aparecimento do elemento burguês no século XII evoluía agora para uma estratificação social



ainda maior. Uma prova cabal deste processo é a preocupação em se criar uma legislação suntuária em 1363 que se ocupasse de estabelecer a indumentária adequada para os distintos grupos sociais. A crescente preocupação com a questão do status social se propaga ao longo de toda a hierarquia social, a partir dos segmentos mais altos através da generalização e diversificação dos títulos hereditários, e destes até a base. Desta forma, condes e barões se diferenciavam dos cavaleiros, e estes dos *gentlemen*. Tais “homens bons” mantinham sua posição superior à dos *yeomen*. Já estes últimos, por sua vez, não se equiparavam aos lavradores (*husbandmen*).

Outro fato que vem corroborar a hipótese de que houve uma maior estratificação da sociedade inglesa é o de que no ano anterior ao estabelecimento da legislação suntuária, em 1362, o parlamento ordenara a substituição do latim pelo inglês no seguimento de todos os pleitos judiciais. Esta medida reflete a tentativa de manter a ordem e o controle da situação por meio de uma comunicação mais eficaz (Briggs, 1994: 129), visto que o inglês era já a língua partilhada por todos os habitantes do reino.

Alheia a este contexto, a guerra ainda se fazia. De fato, como afirma G. G. Coulton (1946: 505), “a Peste Negra parece ter tido muito pouco efeito sobre a Guerra dos Cem Anos; aparentemente foi sempre possível encontrar soldados”. Em 1360, pelo tratado de Brétigny, declara-se a paz entre os dois reinos e a Inglaterra encontra-se em situação de infinita vantagem em relação à sua adversária. Eduardo III já podia respirar aliviado uma vez que havia restabelecido controle sobre áreas anteriormente mantidas pela Coroa Britânica. Por esse tratado, a França reconhecia a autoridade inglesa sobre a região da Aquitânia, sobre partes da Normandia e Bretanha, e sob o recém capturado porto de Calais.

Entretanto, a guerra logo se reinicia. Nestes novos anos, ela passa a ser desvantajosa à Coroa Inglesa e muito dispendiosa; a França tem êxitos nas batalhas e, com isso, em quinze anos, a Inglaterra perde todas suas aquisições, com exceção dos portos de Calais, Cherbourg, Brest, Boudeaux e

Bayonne. Somando-se a isso, o filho primogênito de Eduardo III, conhecido pela alcunha de Príncipe Negro (Black Prince), e admirado por seus dotes de cavaleiro e seu desempenho durante as batalhas contra a França, morre em 1376. O sucessor ao trono passa a ser Ricardo, o filho mais novo. No mesmo ano, os franceses fazem incursões nas costas do Sul da Inglaterra, o que abate ainda mais os ânimos ingleses.

Em 1377, os representantes da Igreja no Parlamento reclamam ao rei acerca da recusa dos vilões em cumprir suas tarefas servis, e de sua nova prática de se reunir e fazer protestos. Segundo G. G. Coulton (1946: 504-5), eles clamavam que “*se as medidas necessárias não forem tomadas pelo Parlamento, um grande descontrole (que Deus nos livre!) irá tomar lugar*”.<sup>3</sup> Na realidade, havia por parte dos senhores uma tentativa de restituição de antigos deveres feudais aos camponeses, que já não eram mais aceitos por estes em face à nova configuração social.

John Gower, poeta inglês desse período, nos oferece um excelente testemunho da apatia – muito em razão do temor de uma invasão francesa – dos senhores de terras em relação ao crescente estado de inquietude dos camponeses. O poeta expõe sua veia conservadora ao alertar para a necessidade de medidas que coibissem a proliferação de “*sentimentos de natureza demasiado violenta*” (apud Briggs, 1994: 131).

De fato, tais ‘sentimentos de natureza violenta’ tornaram-se atos no ano de 1381, com a Revolta dos Camponeses que, a princípio, não teve esse nome. Na realidade, o fato que fez eclodir a revolta, a partir do descontentamento geral que já existia, foi o intento do Parlamento em cobrar um novo imposto universal, *per capita*, igual para todos os habitantes do reino, e não proporcional ao nível social. Era já o terceiro imposto deste tipo desde 1377, e o seu valor havia sido triplicado.

A revolta se iniciou em Essex, Kent, Norfolk, Suffolk e Hertfordshire, através de uma série de levantes populares. Em Kent, os revoltosos encontraram um líder carismático para seu movimento. Chamava-se Wat Tyler.

---

<sup>3</sup> “if due remedy be not provided by Parliament, greater mischief (which may God prohibit!) will ensue”.

Os rebeldes marcharam desde o campo até Londres, o que ameaçou a Corte. Tomando tais proporções, a revolta organizada passava a reivindicar o fim dos vínculos legais de vassalagem. E no desenrolar das lutas, havia, até mesmo, membros da *gentry* que aceitavam apoiar os revoltosos. Isto se explica pelo fato de que eles não eram o objetivo direto da hostilidade camponesa. Por fim, morreram o próprio Arcebispo de Canterbury e o Tesoureiro do reino, mas a revolta foi reprimida à força, tendo os rebeldes ainda vivos, sido severamente castigados.

Ainda assim, os objetivos dos rebelados foram, em sua parcialidade, atingidos, uma vez que, apesar de não abolida, a vassalagem sofreu um forte golpe, perdendo adeptos; assim como o último imposto universal nunca chegou a ser cobrado. Já nas cidades, em Londres principalmente, os pequenos artesãos sofriam a aplicação da regulamentação das guildas, às quais todos eram sujeitos. Estas controlavam, cada uma, as operações de seu próprio ofício, e também fixavam os salários e preços. Pouco a pouco, as guildas conquistaram o controle completo do governo municipal nas cidades inglesas. O próprio Conselho Municipal de Londres era, em sua maior parte, composto dos líderes dessas companhias. Tais homens se tornavam, por vezes, mais úteis ao rei que os próprios senhores feudais uma vez que o soberano se dirigia a eles para pedir ajuda monetária para seus grandes empreendimentos. De fato, o início da guerra contra a França só foi possível através de seu financiamento pelos grandes comerciantes de Londres, como vimos anteriormente.

Paralelamente à redefinição das relações no campo e na cidade, a Inglaterra viu crescer, não somente um antipapismo, mas também um anticlericalismo geral, na segunda metade do século XIV. Este teve abundantes partidários no Parlamento, que chegaram a debater a conveniência de se cobrar impostos aos clérigos e, mesmo, confiscar certas terras à Igreja, após a deposição do influente bispo William de Wykeham de seu cargo de Chanceler, em 1371. O anticlericalismo tomou proporções ainda maiores quando, em

1378, se produziu o Cisma do Ocidente e a Cristandade se viu diante de dois papas, um em Roma, e outro em Avignon – cidade da inimiga França.

A descrença nos membros da Igreja se personificou em movimentos de protesto religioso, dentre os quais o mais organizado foi o dos *Lolardos*, que tinha à sua frente o teólogo de Oxford, John Wycliffe. Suas idéias anticlericais se transformaram, com o advento do Cisma, em reivindicações de profundas reformas na doutrina ortodoxa da Igreja. Este pastor era aliado do Duque de Lancaster, John de Gaunt, que era, por sua vez, o nobre mais influente em todo o reino inglês. Em razão desse fato e também de sua popularidade pessoal, todas as tentativas de prisão e condenação de Wycliffe por parte dos bispos, e mesmo do papa, foram inoperantes. Suas pregações defensoras, dentre outros pontos, da Bíblia como única base sólida para as crenças cristãs, acabaram por se difundir no século XV, criando toda uma tradição *lolarda* que, considerada uma heresia, não foi facilmente reprimida pela Igreja.

### **A instituição eclesiástica e o sentimento anticlerical no século XIV inglês**

A Igreja na Inglaterra, assim como no resto das Ilhas Britânicas, em fins do Medievo, passava pelo período de enraizamento das práticas, valores e das estruturas que haviam se estabelecido nos séculos XII e XIII. Existia já uma *ecclesia anglicana* instaurada e assim chamada desde o século XII. Entretanto, segundo Philippe Contamine (1990: 658. Grifo nosso), esta “*designou primeiramente a Igreja na Inglaterra antes de designar a Igreja da Inglaterra*”.

O quadro humano da Igreja, no século XIV, compreendia os bispos e os padres de paróquia (normalmente homens simples, de pouca educação), os religiosos dos mosteiros (os monges), e também, os freis, que se diferenciavam dos monges por se manterem em caminhada. Estes freis pertenciam às ordens mendicantes que haviam, no século XIII, se inspirado no exemplo dado por São Francisco. Iam de lugarejo em lugarejo, nos quais pregavam e pediam esmola. Em princípio, o dinheiro arrecadado era destinado aos desvalidos, e não a eles

próprios, uma vez que estes freis faziam voto de pobreza. Finalmente, a proteção da Igreja estendia-se a um grande número de clérigos, que não administrando paróquias e nem sendo sujeitos à disciplina religiosa, exerciam apenas a função de secretários e escrivãos nos assuntos legais da instituição.

Como afirmado anteriormente, a Peste Negra criara uma fenda no tecido social da Cristandade e, a partir disso, abriu espaço para uma série de transformações que viriam a afetar praticamente todas as instâncias da vida social. A Igreja não deixou de sentir os efeitos sociais e morais trazidos pela peste. Na Inglaterra, ela perdeu 55% de seus membros, tendo seu corpo encolhido de dezoito mil para, somente, oito mil religiosos (o que revela uma taxa de mortalidade maior do que a do povo em geral). A taxa de mortalidade entre o clero paroquial foi de 40%, enquanto entre os bispos, esta foi abaixo de 18%. Tais números revelam evidentemente a maior proximidade do baixo clero em relação à comunidade e, desta forma, as conseqüências de tal proximidade. Em função de tal situação de calamidade, muitos padres e capelães se recusavam a fazer o serviço religioso sem o pagamento de um salário maior ao que costumavam receber em épocas normais.

G. G. Coulton (1946: 497) nos mostra a situação de convulsão provocada entre os religiosos pela epidemia, através da menção à existência de um mandado do bispo de Rochester, datado de 27 de junho de 1349, dirigido ao arqui-diácono de Rochester, no qual ele ordena o serviço dos clérigos desta paróquia ante os mesmos salários, “*sob ameaça de suspensão e interdito*” caso fizessem o contrário. Entretanto, muitos padres, ao verem que o número de seus paroquianos diminuía consideravelmente, desertavam de suas funções. Coulton (1946: 497) acrescenta: “*Contra estes desertores o bispo decretou medidas que tinham pouca probabilidade de ser efetivas*”. Em razão deste processo, na diocese de York, o número de padres ordenados em 1349 é três vezes maior do que aquele em 1345. André Vauchez, juntamente com Michel Mollat (1990: 664), afirma sobre isso: “*Não somente o controle de entrada deve ter sido muito menos rigoroso, mas também é preciso admitir que*

*um número considerável de leigos e de simples noviços ou colegas responderam de pleno agrado ao apelo”.*

Na realidade, os padres e freiras que fugiam da proximidade dos doentes o faziam tanto quanto os médicos e notários. Eram, em verdade, homens simples, dotados dos mesmos medos e angústias que afligiam as pessoas comuns. Entretanto, o julgamento da comunidade a seu respeito foi incisivo na medida em que a peste mostrara, a seu ver, o clero como um corpo composto de homens e mulheres indignos do ofício sagrado (Coulton, 1946: 500). Esta conclusão geral é ainda reforçada pelo fato de ter sido o clero atingido da mesma forma, ou até mais intensamente (observa-se a perda de 55% do quadro total da Igreja), pelo flagelo.

Apesar de as autoridades eclesiásticas terem expedido decretos e adotado medidas no sentido de manter algum tipo de liderança espiritual sobre seu rebanho, quando da ausência dos padres, este rebanho já começava a responder à situação de desespero criada pela peste à sua própria maneira – principalmente, por meio do misticismo –, não mais parecendo necessitar de seus mediadores espirituais. Tal processo se devia em muito a esta carência de acolhida religiosa, e também à ausência de explicações plausíveis para a catástrofe sofrida pela Cristandade.

Neste momento, vê-se freqüentemente a prática dos Flagelantes. Há, na realidade, desde o século anterior um desenvolvimento de movimentos místicos entre os leigos, dentre os quais as mulheres têm preponderância. As beguinas eram o melhor exemplo deste processo uma vez que, compreendendo um grupo de mulheres leigas, saídas do povo e sem instrução, tinham a permissão para levar suas mensagens proféticas aos reis e, inclusive, ao papa (cf. Vauchez, 1995: 150-58).

Percebe-se um sentimento de procura por uma união com Deus, intimamente ligado à necessidade de purificação da Igreja. E, nas diferentes correntes místicas, vê-se uma imitação voluntária dos sofrimentos de Cristo, cuja humildade e pobreza já haviam sido pregadas por São Francisco.

Entretanto, estas se diferem da *Sequela Christi* franciscana na medida em que, por vezes, procuram a dor e “os excessos estranhos de mortificação”, nas palavras de Michel Mollat. Segundo o autor (1980: 299), a inovação do século XIV é que

tudo se passa como se a validade de uma missão profética não resulte somente de um poder confiado pelos chefes hierárquicos da Igreja, mas possa proceder de uma inspiração e de uma impulsão, pessoal e direta, do Espírito Santo.

Aliada à crise de seu papel como guia espiritual da Cristandade, a Igreja Católica tem sua posição hegemônica ameaçada com o desenvolvimento do sentimento nacional nos diversos reinos. Na Inglaterra, a consequência deste processo foi a proibição, em meados do século XIV, da apelação ao tribunal papal nos processos judiciais em curso no país e envio de taxas eclesiásticas para o exterior. A instituição na Inglaterra começava a criar autonomia em relação ao papado.

O Cisma do Ocidente, iniciado em 1378, veio contribuir para a crise por que passava a instituição eclesiástica. Ele teve seu início com a tentativa do papa Gregório XI de restituição do papado a Roma, apesar dos esforços da monarquia francesa dos Valois em mantê-lo, a qualquer custo, na cidade de Avignon. Ele se estabeleceu em Avignon em 1309, para desgosto dos romanos que, por se tratar de uma Igreja Romana, e também por razões econômicas, o queriam de volta. Segundo E. Delaruelle (1962: 5), a cidade de Roma não conhecia outro comércio que não a exploração dos peregrinos. Após o restabelecimento do papado em Roma, Gregório XI morre, o que cria o impasse a respeito de sua sucessão. Os romanos desejam que o novo papa seja romano e a população pressiona o Sacro Colégio neste sentido. O eleito deve obter dois terços dos votos dos cardeais. A pressão da população e o clima de revolta em Roma apressam a eleição. Assim, apenas dezesseis dos vinte e dois cardeais chegam a votar.

Bartolomeu Prignano, arcebispo de Bari, é o escolhido, adotando o nome de Urbano VI. Segundo Delaruelle (1962: 9), esta era uma escolha prudente, uma vez que o novo papa possuía duas qualidades: era italiano de nascença (mas não romano) e avignonês de carreira. Após assumir o posto, Urbano VI modifica sua atitude em relação aos prelados que o haviam elegido. Passa a atacar o luxo deles, o seu gosto pela pompa e o fato de que pouco fazem em conformidade com o ideal evangélico. Tal comportamento obviamente desagrada os cardeais. A resolução dos prelados ante a insubordinação de Urbano é a de tentar anular sua eleição. Eles procuram nas coleções jurídicas argumentos que justifiquem sua medida, no entanto nenhum documento estabelece de forma peremptória a ilegalidade desta eleição. Assim mesmo, eles a desfazem apoiando-se em certos detalhes irregulares do processo de eleição e declaram vago o trono papal romano. Uma segunda eleição estabelece Clemente VII em Avignon. Estava desencadeado o Cisma: a existência simultânea de dois papas, um residindo em Roma, outro na cidade francesa.

Para as autoridades inglesas em Roma, a eleição de Urbano era legítima, o que suscitava nos cronistas ingleses um sentimento marcadamente antifrancês. Além disso, motivos claramente políticos referentes à questão da guerra constante entre França e Inglaterra influenciaram a opinião destes cronistas. Thomas Walsingham, no documento *Responsio episcoporum*, acusava os cardeais de dividirem a Igreja por motivos de ambição. De acordo com Margaret Harvey (1980: 550), três foram os motivos pelos quais os cardeais abandonaram Urbano VI: ele apoiara o rei da Inglaterra contra o rei francês, desejara que eles reformassem suas igrejas titulares, e também tentara reformar suas vidas, condenando as riquezas que mantinham.

Na Inglaterra, a atmosfera era de rejeição ao clero, considerado devasso por alguns mais radicais, como exposto no poema, de autor anônimo, *The Complaint of the Ploughman* [A queixa do Lavrador],



Da Santa Igreja fazem uma prostituta/ e enchem-lhe a tripa de vinho e cerveja (*apud* BRIGGS, 1994: 133).

Com efeito, o protesto contra a riqueza e os privilégios da Igreja era generalizado. O ideal de vida religiosa havia se desvirtuado e tanto bispos quanto padres, monges e freis eram criticados por este progressivo desvirtuamento do ideal para a prática mundana e pecadora. Tal anticlericalismo se refletia nos movimentos de protesto religioso, dentre os quais, o mais forte e organizado foi o Lolardo, fundado por John Wycliffe, teólogo formado em Oxford que estudara com eruditos marcadamente críticos da doutrina ortodoxa. Ele só começou a difusão de suas idéias em 1378 por ocasião do Cisma do Ocidente. Em relação ao evento, ele demonstrava grande hostilidade em relação aos prelados e se posicionava claramente a favor de Urbano VI, considerando-o um homem verdadeiramente evangélico – opinião veiculada na ‘Carta ao Papa Urbano’ escrita, provavelmente, logo após a eleição deste último.

Os textos de Wycliffe reivindicavam, primeiramente, a Bíblia como única base sólida para as crenças cristãs. Além disso, os textos sagrados deveriam ser divulgados em inglês e colocados ao alcance de todos. Ele condenava a vida monástica e a manutenção pela Igreja de suas riquezas – questão em relação à qual a maioria dos movimentos anticlericais estava de acordo – e defendia, ao contrário, o casamento aos clérigos. Suas idéias, consideradas heréticas, incomodavam o arcebispo de Canterbury. Por diversas vezes, escapou da condenação enquanto herege, graças a suas relações com os nobres do período, dentre eles o duque de Lancaster e a viúva do Príncipe Negro. Além disso, com o passar do tempo sua popularidade cresceu em meio aos habitantes de Londres. Suas pregações se difundiram no século XIV e criaram toda uma tradição lolarda deixando marcas profundas na prática da crença religiosa na Inglaterra, que havia tido como referencial, até então, apenas os princípios impostos pela Igreja.

Percebe-se, a título de conclusão, no caso específico da Inglaterra no século XIV reações muito próximas daquelas adotadas por parte da população no continente em relação às práticas mundanas do clero, práticas consideradas discordantes do ideal evangélico. O sentimento anticlerical generalizado neste período se transformava, assim, no início de um processo de questionamento da instituição eclesiástica que, pouco mais de um século mais tarde, se afirmaria com as idéias de Lutero (acerca da venda de indulgências por parte da Igreja) e o advento da Reforma Protestante.

#### **Agradecimentos:**

Meus sinceros agradecimentos à colega Gracilda Alves pelas conversas sobre o tema desenvolvido e pelas sugestões de aprimoramento dadas a uma prévia deste texto. A responsabilidade por quaisquer faltas cometidas e, obviamente, pelas idéias aqui apresentadas recai, no entanto, sobre a autora.

#### **Referências Bibliográficas**

- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 1989. Lisboa, Difel.
- BRIGGS, A. *Historia Social de Inglaterra*. 1994. Madrid, Alianza Editorial, S. A.
- CONTAMINE, P. L'Église dans les îles Britanniques. In: MAYEUR, J. M., PIETRI, C., VAUCHEZ, A et VENARD, M. (dir.). *Histoire du Christianisme*, 6: Un temps d'épreuves (1274-1449). 1990. Paris, Desclée/Fayard, pp. 656-684.
- COULTON, G. G. *Medieval Panorama*. The English Scene from Conquest to Reformation. 1946. New York, The MacMillan Company.
- DUBY, G. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. 1982. Lisboa, Editora Estampa.
- ELIAS, N. *La civilisation des mœurs*. 1973. Paris, Éd. Calmann-Lévy.
- DELARUELLE, E., LABANDE, E. & OURLIAC, P. L'église au temps du Grand Schisme et de la crise conciliaire. In: FLICHE, A. et MARTIN, V. (ed.). *Histoire de l'Église*, vol. XIV. 1962. Paris, Bloud & Gay, pp. 3-20.

HARVEY, M. The Case for Urban VI in England to 1390. In: *Genèse et Débuts du Grand Schisme d'Occident: [colloque tenu à] Avignon, 25-28 septembre 1978*. 1980. Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, pp. 541-560.

HOLMES, G. *A Europa na Idade Média (1320-1450): Hierarquia e Revolta*. 1984. Lisboa, Editorial Presença.

LE GOFF, J. *A bolsa e a vida - Economia e religião na Idade Média*. 1986. Lisboa, Editorial Teorema.

LE MENÉ, M. *A Economia Medieval*. 1979. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

McDOWALL, D. *An Illustrated History of Britain*. 1997. Essex, Longman Group UK Limited.

McMANNERS, J. *The Oxford Illustrated History of Christianity*. 1992. Oxford, Oxford University Press.

MELLO, J. R. Os alicerces medievais da Inglaterra moderna (1066-1327). In: MONGELLI, Lenia Márcia (coord.). *Mudanças e rumos: o Ocidente Medieval*. 1997. Cotia, IBIS Editora, pp. 17-51.

MOLLAT, M. Vie et sentiment religieux au début du Grand Schisme. In: *Genèse et Débuts du Grand Schisme d'Occident: [colloque tenu à] Avignon, 25-28 septembre 1978*. 1980. Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, pp. 296-303.

TREVELYAN, G. M. *English Social History. A Survey of Six Centuries - Chaucer to Queen Victoria*. 1986. London, Longman Group UK Limited.

VAUCHEZ, A. La sainteté mystique en Occident au temps des papes d'Avignon et du Grand Schisme. In: *Genèse et Débuts du Grand Schisme d'Occident: [colloque tenu à] Avignon, 25-28 septembre 1978*. 1980. Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, pp. 361-368.

\_\_\_\_\_. O Evangelho no Mundo. Cristocentrismo e Busca de Santificação (séc. XIII – início séc. XIV). In: *A Espiritualidade na Idade Média Ocidental. Séculos VIII a XIII*. 1995. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, pp 125-159.

WILLIMAN, D. The Camerary and the Schism. In: *Genèse et Débuts du Grand Schisme d'Occident: [colloque tenu à] Avignon, 25-28 septembre 1978*. 1980. Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, pp. 65-69.

*Recebido em abril/2007.*

*Aprovado em junho/2007.*